

## **A INCLUSÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA**

Autora: Hannaysa Sueny Alves Silva; Orientadora: Ione da Silva Guterres.

*Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: [hannaysa.alves@hotmail.com](mailto:hannaysa.alves@hotmail.com).  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: [ionequterres.uemanet@gmail.com](mailto:ionequterres.uemanet@gmail.com)*

### **RESUMO:**

A pesquisa trata sobre os desafios da inclusão escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como as discussões na disciplina de Prática na Dimensão Escolar do Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, da Universidade Estadual do Maranhão, propiciaram um encontro com uma observação *in lócus* junto a escola pública municipal dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de São Luís, com o intuito de estudar cientificamente o ambiente escolar no ano de 2016, enquanto estudante de Graduação do 4º Período. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo, a observação e a entrevista semiestruturada foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, aplicada a oito sujeitos, sendo eles: um gestor; duas professoras e cinco alunos do 5º ano. O aporte teórico fundamentou-se nos documentos da legislação nacional: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), dentre outros documentos e no conjunto de teóricos e ou estudiosos que pesquisam sobre a inclusão. Para melhor compreensão desta pesquisa, a mesma será apresentada da seguinte forma: introdução, metodologia, resultados, conclusão e referências.

**Palavras-chave:** Inclusão, Desafios, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, São Luís.

### **INTRODUÇÃO**

Do lugar de aluna do Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, temos tido a oportunidade de ampliar a nossa compreensão de mundo por meio da realização de atividades acadêmicas alicerçadas no trinômio ensino-pesquisa-extensão.

Tal experiência tem-nos possibilitado compreender a escola como instituição responsável pela garantia e acesso à educação enquanto direito incondicional para a cidadania, a partir de reflexões críticas e fundamentadas teoricamente sobre os vários aspectos que compõem o ambiente escolar.

Nessa perspectiva, na pesquisa o ato de pesquisar é um:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não se possa adequadamente relacionar ao problema (GIL, 2010, p. 1).

Assim, este trabalho teve como objetivo analisar o processo da inclusão social como uma oportunidade de conviver com a diversidade que embora as instituições implementem mudanças em suas estruturas físicas se faz necessário que todos abracem a ideia e promovam essa mudança de dentro para fora.

Como afirma Mantoan (2003, p. 13): “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

A pesquisa sobre os desafios da inclusão escolar nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como as discussões na disciplina de Prática na Dimensão Escolar do Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, da Universidade Estadual do Maranhão, propiciaram um encontro com uma observação in lócus junto a escola pública municipal dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de São Luís, com o intuito de estudar cientificamente o ambiente escolar no ano de 2016, enquanto estudante de Graduação do 4º Período.

Para responder ao objetivo da pesquisa, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, com estudo bibliográfico e de campo. A coleta de dados foi realizada por meio da observação e a entrevista semiestruturada aplicada a oito sujeitos, sendo eles: um gestor; duas professoras e cinco alunos do 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Fundamentou-se nos documentos da legislação nacional: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), dentre outros documentos e no conjunto de teóricos e/ou estudiosos que pesquisam sobre a inclusão conforme, a saber: COELHO (2011), MANTOAN (2003), entre outros.

Nessa direção, este artigo será apresentado na seguinte ordem: introdução, metodologia, resultados e discussão, conclusão e referências.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa foi a pesquisa qualitativa, com estudo bibliográfico e de campo. A coleta de dados foi realizada por meio da observação e a entrevista semiestruturada aplicada a oito sujeitos, sendo eles: um gestor; duas professoras cinco alunos do 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no dia 31 de janeiro de 2016, na Unidade de Educação Básica Maria José Vaz dos Santos<sup>1</sup>.

Para categorização dos dados, optou-se por divulgá-los por meio de gráfico de pizza. Será que é muito comum a utilização de gráficos em trabalhos acadêmicos? Sim! Até porque têm o objetivo de apontar as informações em evidência, permitindo que o pesquisador transmita a informação com maior clareza, além de proporcionar ao leitor uma visualização mais rápida dos dados apresentados (SANTOS; FILHO, 2000)

Cabe ressaltar que a pesquisa qualitativa é um ponto de início no qual seu objetivo é descobrir respostas para o problema investigado e fornecer informações específicas que identificam a significância de um problema. Para Trivinos (1990, p. 130), uma das grandes postulações da pesquisa qualitativa é a sua atenção dada a vida das pessoas, pois este tipo de pesquisa desvela: “[...] o estudo do que pensam os sujeitos sobre suas experiências, sua vida, seus projetos”.

Na oportunidade foi aplicado com professores, alunos e a direção da escola, um questionário contendo duas perguntas de múltipla escolha. A instituição investigada pertence à Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís, onde funciona Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, sendo em seu turno matutino (1º ao 5º ano), vespertino (6º ao 9º ano) e no noturno com a Educação de Jovens e Adultos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nas entrevistas manteve-se o foco no conhecimento e na experiência dos oito sujeitos sobre o objeto desta pesquisa, analisando como ocorre o processo da inclusão social na instituição pesquisada e se o mesmo oportuniza a convivência com a diversidade e abraçam a ideia da inclusão, promovendo a mudança de dentro para fora.

Fundamentou-se nas recomendações dos documentos da legislação nacional: a Constituição Federal de 1988 no Art. 208 e Art. 227; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996 nos artigos 58, 59 e 60 e no Artigo 27 da Lei nº 13.146, de

---

<sup>1</sup> A instituição pesquisada faz parte da rede pública municipal de ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e localiza-se na Travessa Padre Vieira, nº 50, Bairro: João de Deus, São Luís-MA. (83) 3322.3222  
contato@conedu.com.br

6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituídas pela Resolução nº 02/2001, que garantem o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com a eliminação de preconceitos e barreiras.

É importante ressaltar o que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) afirma no Art. 27 acerca da educação:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Com efeito, essa proposta garantida no legislativo nacional reconhece e valoriza as diferenças como condição para que haja avanços, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar. Em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 afirma no Art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Nesse contexto organizou-se as respostas por meio do gráfico de pizza, para facilitar ao leitor relacionar o sujeito às suas respostas obtidas. Perguntou-se para a gestora e as professoras sobre o conceito de educação inclusiva.

As respostas encontram-se no gráfico 1.

I - O que é Educação Inclusiva?



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2018)

As respostas encontradas no gráfico 1, demonstraram uma mudança de perspectiva educacional, pois a construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção da democracia, garantindo a todos o acesso contínuo ao espaço da sociedade, respeitando a diversidade humana, a aceitação das diferenças individuais, alcançando o máximo desenvolvimento possível de seus talentos habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais (BRASIL, 1996 p.21; 2011, p. 15; 2015, p. 19).

Segundo Coelho (2011, p. 48) é importante que a comunidade escolar tenha atenção à diversidade, baseando-se no pressuposto de que a realização de adequações curriculares pode atender a necessidades particulares de aprendizagem dos alunos, concretizando em medidas que levem em conta não só a capacidade intelectual e o conhecimento do aluno, mas, também, seu interesse e motivação.

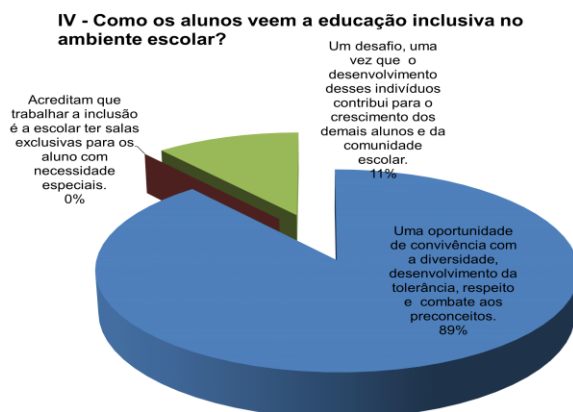
Da mesma forma, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituídas pela Resolução nº 02/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação afirmam que:

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2001, p.15).

Nesse sentido, indagou-se quatro crianças do 5º Ano sobre como vêem a educação inclusiva no ambiente escolar. As respostas



demonstram que a escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças e as crianças entrevistadas demonstram sensibilização sobre a inclusão (Ver gráfico 2).



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2018)

Conforme Coelho (2011, p. 50): “respeitar a diversidade e manter a ação pedagógica “comum” parece ser um desafio presente na inclusão dos alunos com maiores e menores dificuldades para aprender.

As respostas dos sujeitos entrevistados superam o que Mantoan (2003, p. 10) reflete sobre uma crise de paradigmas: “uma crise de paradigma, é uma crise de concepção, de visão de mundo e quando as mudanças são radicais temos as chamadas revoluções científicas”.

Em outras palavras, as professoras, a gestora e os alunos entrevistados evidenciaram nas suas respostas essa quebra de paradigmas no tocante ao objeto de estudo investigado (a inclusão social)

Nessa direção, com esse pensamento a crise de paradigma na escola, se entupiu de formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo (MANTOAN, 2003, p.12).

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou analisar o processo da inclusão social como uma oportunidade de conviver com a diversidade e que embora as instituições implementem mudanças em suas estruturas físicas se faz necessário que todos abracem a ideia e promovam essa mudança de dentro para fora.

Constatou-se que os oito sujeitos que foram indagados sobre o objeto desta pesquisa (a inclusão escolar) afirmaram que a inclusão escolar é um desafio e ao mesmo tempo uma oportunidade, que traz para escola o papel de acolher todas as pessoas sem exceção, ensinando a importância de aprender com a diversidade e de conviver com as diferenças, dessa forma garante a todos o direito a educação, onde o educando por sua vez se sente como parte desse processo, o que de certa forma favorece o ensino - aprendizagem de ambos e contribui para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões: física, intelectual, social e emocional.

Contudo é importante ressaltar que para os desafios sejam superados é importante a melhoria na infraestrutura da escola e que as pessoas tenham sempre o respeito a diversidade e a escola mantenha a ação pedagógica presente na inclusão dos alunos com maiores ou menores dificuldades para aprender.

Ao finalizar esta pesquisa foi gratificante comprovar o ambiente educacional que está em construção e aberto aos desafios da implementação da inclusão na escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: MEC, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº [13.146](#), de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação: n 200).

COELHO. Washington Luís Rocha. **Educação Especial**. São Luís: UEMANET, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** – São Paulo: Moderna, 2003. – (Coleção cotidiano escolar).

SANTOS. J. A. PARRA FILHO, D. **Metodologia Científica**. São Paulo: Futura, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.